

DESENVOLVIMENTO E RISCOS SOCIOAMBIENTAIS: REFLEXÕES SOBRE DESASTRES E SEUS DESDOBRAMENTOS NA SOCIEDADE

Tieme Carvalho NISHIYAMA¹

RESUMO

A proposta do presente ensaio se dedica a uma breve reflexão acerca do tema desenvolvimento em contraponto à discussão ambiental crítica ao projeto de desenvolvimento vigente, tendo em vista o processo de construção de seu conceito, bem como diversas intersecções que o envolvem, em especial no que se refere a questão dos desastres naturais/tecnológicos e seus desdobramentos na sociedade. Para tanto, será feito o resgate teórico de algumas obras que discutem o desenvolvimento a partir de um olhar crítico, complementando com artigos de estudo de casos e documentários para contribuir com a discussão.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Desastres. Planejamento. Políticas Públicas.

DEVELOPMENT AND SOCIO-ENVIRONMENTAL RISKS: REFLECTIONS ON DISASTERS AND THEIR DEVELOPMENTS IN SOCIETY

ABSTRACT

The purpose of this essay is dedicated to a brief reflection on the topic of development as a counterpoint to the environmental discussion critical of the current development project, taking into account the process of building its concept, as well as various intersections that involve it, in particular, regarding the issue of natural/technological disasters and their consequences on society. To this end, a theoretical review of some works that discuss development from a critical perspective will be carried out, complementing it with case study articles and documentaries to contribute to the discussion.

Keywords: Development. Disasters. Planning. Public Policy.

¹ Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Paraná. Coordenadora do Curso Tecnologia em Gestão Pública, na Faculdade UNINA. E-mail: .tieme@unina.edu.br.

DESENVOLVIMENTO PARA ALÉM DA VISÃO ECONÔMICA

Ao fazer o resgate histórico, acerca do processo de expansão dos meios de produção no século XVIII, Polanyi (2000), mostra que, para além dos avanços tecnológicos da época, houve também uma grave desarticulação na vida em sociedade. Uma vez que, o discurso posto, ocasionou a má compreensão dos problemas decorrentes da propagação da ideia de progresso econômico, o que por consequência gerou impactos negativos imensuráveis para a sociedade.

Segundo o autor, as mudanças aceleradas dos meios de produção, deveriam ter sido contidas no sentido de proteger o bem-estar da comunidade, uma vez que, a partir do momento que a população se inseriu nos novos moldes da produção industrial, perderam, em certa medida, os ensinamentos herdados de seus antepassados acerca do processo do trabalho. Sendo assim, desapropriados de suas ferramentas/conhecimentos, para se tornarem apenas força de trabalho e, para além, o avanço tecnológico fez com que a massa trabalhadora perdesse seu poder de articulação política, visto que teriam menos trabalhadores agrupados para reivindicar direitos diversos (FURTADO, 1992).

Ademais, segundo Furtado (1992), o processo de manutenção do capitalismo, justificado pelo conceito do desenvolvimento econômico proposto ao longo da história, ocorreu da necessidade da concentração da renda para o aumento da produtividade. No entanto, esse processo tinha por discurso que, em algum momento, haveria aumento no salário dos trabalhadores, bem como melhora no bem-estar social, o que não aconteceu.

Desde então, a concepção de desenvolvimento, atrelada à racionalidade econômica, vem se enraizando em decorrência da construção social e política que se moldou ao longo da história. Segundo Leys (2005), a visão reducionista, posta sobre o conceito de desenvolvimento, implica aos seres humanos uma aceitação determinista imposta pela força do sistema capitalista.

A teoria do desenvolvimento, surgiu em meados dos anos de 1950, no intuito de compreender como alguns países europeus conseguiriam se tornar mais produtivos. Essa construção, surgiu da necessidade de criação

de um trabalho teórico que desse conta de contextualizar novos caminhos explicativos ao processo de desenvolvimento, no entanto, quase nada do que já havia sido construído teoricamente sobre esse processo, fora utilizado nessa nova construção. Após o final da década de 1960, a teoria do desenvolvimento passou a ter uma visão cada vez mais global (LEYS, 2005).

Nesse sentido, grandes corporações passaram a justificar, de forma indiscriminada que, para se ter o almejado desenvolvimento, seria necessário um olhar prioritário para questões práticas, técnicas e econômicas, deixando de lado as questões sociais e ambientais, no intuito de garantir a prevalência de seus interesses.

Dessa forma, em decorrência da expansão do sistema capitalista, pós advento da revolução industrial, acentuou-se as desigualdades sociais e os prejuízos causados ao meio ambiente têm se tornando cada vez maiores. No entanto, autores como Ignacy Sachs (1993), Amartya Sen (2010), José Eli da Veiga (2010), entre outros, apontam que, no contexto do desenvolvimento, aspectos econômicos não podem ser dissociados de questões sociais e ambientais e devem levar em consideração as necessidades reais da população, tendo em vista o bem-estar social e a preservação do meio ambiente.

RISCOS AMBIENTAIS E DESASTRES

Discussões acerca da temática do meio ambiente passaram a ter destaque no cenário internacional, em decorrência da necessidade urgente de se repensar a utilização dos recursos naturais, bem como suas limitações e impactos para o planeta. Desde então, questões relacionadas ao meio ambiente e seus impactos, sociais e econômicos, são amplamente pesquisadas, debatidas e divulgadas.

Problemas relacionados à degradação da camada de ozônio e ao consumismo indiscriminado dos países desenvolvidos, bem como por alguns grupos sociais de países em desenvolvimento, tornaram-se temas recorrentes (CASTRO; ABRAMOVAY, 2005). Dessa forma, repensar alternativas para diminuir os impactos do desenvolvimento são fundamentais, uma vez que

esses reverberam diretamente em todo o planeta, podendo chegar ao ponto de irreversibilidade no processo de aquecimento da terra (IPCC, 2021).

Diante desse contexto, Limonad (2013), aponta que, tanto mídia, quanto empresas e pesquisadores, que buscam um olhar “neutro” acerca da questão ambiental, na tentativa de justificar a exploração da natureza, compensam o desmatamento de florestas nativas com a plantação de eucaliptos, pinheiros e outras espécies. Ou seja, “homenageiam” a exploração de petróleo com nomes relacionados a fauna marinha, elevam o preço de produtos orgânicos, enquanto produtos transgênicos são mais baratos e acessíveis.

Ainda segundo a autora, para além de um grave equívoco ambiental, essa suposta compensação afeta a sobrevivência das populações nativas, uma vez que se altera a relação entre elas e os meios que possuem para reproduzir e sobreviver. Assim, é possível observar a contradição existente entre “a reprodução do capital e a reprodução de grupos sociais não hegemônicos, entre a dominação e a apropriação social do espaço” (LIMONAD, 2013, p. 125).

No mesmo sentido, a forma como mineradoras, barragens, entre outros, são implementados em determinados territórios, os discursos e estratégias montadas pelas empresas responsáveis, a forma como burlam a participação da sociedade, bem como estudos de impactos ambientais tendenciosos, que por vezes não cumprem o estabelecido em suas análises, afetam direta e indiretamente a vida de comunidades que vivem em seu entorno (GONÇALVES; MARCHEZINI e VALENCIO, 2009).

A partir da ideia de que obras como barragens são construções essenciais para o progresso da sociedade, se constrói uma narrativa que invisibiliza os riscos embutidos nessas obras. Desse modo, ao mesmo tempo que surgem para suprir necessidades e bem-estar, elas também geram insegurança aos moradores que vivem nas proximidades. Insegurança essa que decorre da falta de explicações acerca dos sistemas elaborados pelos peritos responsáveis por essas obras, e que por vezes retiram do contexto as relações sociais que envolvem o entorno (GONÇALVES; MARCHEZINI; VALENCIO, 2009).

O discurso proposto por esses empreendimentos, evidencia um progresso em detrimento da vida. Para a população, propostas de realocação de moradias

como soluções prontas, desenhadas a partir de um viés impositivo, com promessas de melhoria na qualidade de vida, casas melhores, auxílio financeiro entre outros. No entanto, o que se vê na realidade das comunidades que vivem no entorno de construções como barragens e mineradoras, são, realocações forçadas para locais inapropriados, casas mal planejadas e de alto custo de manutenção, bairros sem infraestrutura, como escolas, hospitais, delegacias, pouco ou nenhum acesso a transporte, entre outros (TELES, 2023; ARPILLERAS, 2019; A BRASKEM, 2021).

Em decorrência da falta de planejamento urbano adequado, tanto por parte da administração pública, quanto por parte dos responsáveis pela oferta de realocação, laços sociais são rompidos, movimentos são desarticulados, trabalhadores perdem seus meios de subsistência. Homens e mulheres são desapropriados de suas profissões e “ferramentas” de trabalho, comunidades perdem suas identidades, dado que ao serem afastados do seu local, passam a ter que vender força de trabalho, não mais sendo o detentor de seu próprio meio de trabalho. Dessa forma, a estrutura das cidades/comunidades se molda ao interesse do capitalismo e, em decorrência, surgem conflitos sociais em disputa por meios de sobrevivência e reprodução.

Ao observarmos casos como o empreendimento de Belo Monte (CARVALHO; AMARAL; HERRERA, 2019), é possível perceber que, para além do processo de exclusão causado pela construção de obras como estas, por se tratar de construções de impacto ambiental significativo, devem ser cuidadas e monitoradas constantemente. Isso, tendo em vista o risco iminente de um possível desastre, como rompimento de barragens, destruição de comunidades por inundação, contaminação de rios, poluição do ar, entre outros.

No Brasil, a gestão de riscos produzidos por barragens deve ser realizada tanto pelas autoridades locais, quanto pelo Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC). No que se refere a competência local, existem as Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (COMDECs), que são responsáveis pela mobilização das lideranças comunitárias para a implementação de Núcleos Comunitários de Defesa Civil (NUDECs).

No entanto, essa relação entre a gestão pública e a comunidade é falha e

fragilizada, as informações acerca dos riscos são minimizadas, uma vez que a ideia que se apresenta é a de que, por ser uma obra construída por profissionais com amplas infraestruturas, causa a impressão de segurança. (GONÇALVEZ; MARCHEZINI; VALENCIO, 2009). Essa concepção equivocada, aumenta a vulnerabilidade das comunidades e a não participação efetiva da população nos processos de discussão e implementação dessas obras, o que influencia diretamente na elaboração de ações de prevenção, preparação e resposta em caso de desastres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, observa-se a complexidade do contexto que envolve a discussão acerca do desenvolvimento, uma vez que, para além do contexto econômico, existem uma série de fatores que devem ser levados em consideração. Em particular, nesse ensaio, as questões sociais e ambientais no contexto de desastres naturais e tecnológicos, para que seja possível fazer uma análise minimante coerente acerca dos processos de promoção do desenvolvimento.

Da forma como o cenário se apresenta, fica evidente que o ideário de desenvolvimento econômico em vigência na sociedade capitalista, não contempla a todos e exclui em particular aqueles e aquelas que mais precisam do Estado e de suas infraestruturas públicas, como transporte, educação, assistência social, saúde, entre outros.

A precariedade na oferta de moradias adequadas para as comunidades que sofrem com desastres, aponta para a necessidade de ampla discussão, planejamento e análise das políticas públicas, tanto no que se refere a gestão de riscos e desastres, quanto as políticas habitacionais. Para que essas, contemplem de fato, as necessidades da população de forma integrada.

Sobre essas necessidades, estão: questão dos cuidados acerca do processo de mitigação, proteção e socorro, a promoção de uma realocação (quando necessário) para locais com acesso a infraestrutura adequada, e também, que atenda às necessidades básicas da população tendo em vista bem-estar

social, econômico e ambiental. Uma vez que, como exposto por Sen (2010), essas questões são fundamentais para a expansão das liberdades dos seres humanos, ou seja, para a promoção do desenvolvimento de forma plena.

REFERÊNCIAS:

ARPILLERAS: ATINGIDAS POR BARRAGENS BORDANDO A RESISTÊNCIA. Direção e produção: Coletivo de Mulheres do MAB. Brasil, 2019, 1 vídeo (103 min). Disponível em: <https://bit.ly/2EFOiGa>. Acesso em: 29 set. 2023.

A BRASKEM PASSOU POR AQUI: A CATÁSTROFE DE MACEIÓ. Direção: Carlos Pronzato. Produção de Carlos Pronzato. Maceió: La Mestiza Audiovisual, 2021, 1 vídeo (81 min). Disponível em: <https://bit.ly/3mBduqf>. Acesso em: 29 set. 2023.

CARVALHO, G.; AMARAL, M. e HERRERA, J. A Reprodução Urbana em Altamira - Pará: uma análise dos reassentamentos urbanos coletivos – 2016. **Geografia (Londrina)** v. 28. n. 2. pp. 101 – 121, julho/2019.

CASTRO, Mary G. ABRAMOVAY, Miriam. **Gênero e Meio ambiente**. 2º ed. São Paulo. Editora Cortez, 2005.

FLEURY, L.; ALMEIDA, J. A construção da usina hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. **Ambiente e Sociedade**. vol. 16, n. 04. São Paulo, 2013.

FURTADO, C. O subdesenvolvimento revisitado. **Economia e Sociedade**. v. 1, 1992: 5-19.

GONÇALVES, Juliano; MARCHEZINI, Victor; VALENCIO, Norma. **Colapso de barragens:** aspectos sócio-políticos da ineficiência da gestão dos desastres no Brasil. In: VALENCIO, N. et al. Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa, 2009, pp. 160-175.

IPCC, 2021: **Summary for Policymakers**. In: Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Masson-Delmotte, V., P. Zhai, A. Pirani, S. L. Connors, C. Péan, S. Berger, N. Caud, Y. Chen, L. Goldfarb, M. I. Gomis, M. Huang, K. Leitzell, E. Lonnoy, J.B.R. Matthews, T. K. Maycock, T. Waterfield, O. Yelekçi, R. Yu and B. Zhou (eds.)]. Cambridge University Press. In Press. 2021.

LIMONAD, Ester. A insustentável natureza da sustentabilidade. Da ambientalização do planejamento às cidades sustentáveis. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 15, n. 29, pp. 123-142, 2013.

LEYS, C. The Rise and Fall of Development Theory. in EDELMAN, M. and HAUGERUD, A. (eds). **The Anthropology of Development and Globalization from Classical Political Economy to Contemporary Neoliberalism**. Oxford: Blackwell Publishing: 2005.

POLANYI, K. **A Grande transformação: as origens da nossa época**. Tradução de: Fanny Wrabel. - 2. ed.- Rio de Janeiro: Compus, 2000.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI** – Desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel – Fundap, 1993.

SEN, A. Os fins e os meios do desenvolvimento. In SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras. 2010.

TELES, Rikartiany Cardoso. Migração forçada e mineração: A Cidade de Maceió-AL sob a Ótica dos Direitos Humanos. **Rev. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, Vol.14, N.01, p.517-535, 2023.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: O desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Gramand, 2010.